

Capítulo 1

Artigo 20 Recursos financeiros

273. Qual a prioridade relativa para a implementação desse Artigo e decisões associadas para o seu país?

a) Alta		b) Média	X	c) Baixa	
---------	--	----------	---	----------	--

274. Até que ponto os recursos disponíveis são adequados para satisfazer as obrigações e recomendações feitas?

a) Bom		b) Adequado		c) Limitante	X	d) Muito limitante	
--------	--	-------------	--	--------------	---	--------------------	--

Comentários adicionais sobre a prioridade relativa e disponibilidade de recursos

Questão 273.

O Brasil tem dificuldades de contribuir por ser um país em desenvolvimento. Os recursos financeiros empregados estão aquém da demanda. Pode-se destacar como fundo oficial de financiamento de projetos: o FNMA (www.mma.gov.br/fnma) e o Projeto de Conservação e Utilização sustentável da Biodiversidade – PROBIO (oriundo de recursos de doação do GEF no valor de 10 milhões de dólares e com contrapartida brasileira também de 10 milhões de dólares). Desde 1996, o PROBIO apóia a realização das avaliações por bioma (cinco projetos) e de projetos de levantamento de informações, conservação e uso sustentável da biodiversidade nos temas: causas e consequências da fragmentação de *habitats* (15 projetos), conservação de matas de galeria, recuperação de matas de tabuleiro, zoneamento de áreas de brejos de altitude, manejo de espécies ameaçadas e invasoras, apoio a atividades sustentáveis no entorno de unidades de conservação, criação de Unidades de Conservação, atualização de lista de espécies ameaçadas de extinção, manejo de corais, proposta de manejo de polinizadores, rede de informação em biodiversidade, zoneamento de mata de araucária, análise de paisagem, valoração (disponível em www.mma.gov.br/port/sbf/chm/relpub.html#manual) de recursos naturais (capacitação e dois estudos de caso), levantamento de informações sobre saberes tradicionais e biodiversidade, inventários rápidos em áreas insuficientemente conhecidas nos biomas brasileiros (www.mma.gov.br). O PROBIO atua em parceria com o CNPq (www.cnpq.br) que investiu mais de 2 milhões de reais em recursos para pagamento de bolsistas, o que permitiu a capacitação, até 2001, de 238 bolsistas e gerando 141 artigos publicados.

O FUNBIO (www.funbio.org.br) é um fundo privado proveniente de recursos GEF (ver comentário sobre o FUNBIO nas questões 115 e 177) e atua similarmente ao PROBIO.

Questão 274.

Foram mapeados 50 programas do PPA que têm interface com os artigos da Convenção. Alguns desses programas estão listados no Anexo III.

275. Seu país tem proporcionado recursos financeiros e incentivos em respeito às atividades nacionais destinadas a alcançar os objetivos dessa Convenção (20(1))?

a) não	
b) sim – apenas incentivos	
c) sim – apenas recursos financeiros	
d) sim – recursos financeiros e incentivos	X

Se Parte for país desenvolvido

NÃO SE APLICA

276. Seu país tem fornecido recursos financeiros novos e adicionais para que as Partes em desenvolvimento possam cobrir integralmente os custos adicionais, por elas concordados, decorrentes da implementação das medidas em cumprimento das obrigações dessa Convenção, como acordado entre seu país e o mecanismo financeiro interino (20(2))?

a) não	
b) sim	

Capítulo 1

Se Parte for país em desenvolvimento ou com economia em transição –	
277. Seu país tem recebido novos e adicionais recursos financeiros para que possam cobrir integralmente os custos adicionais, por elas concordados, decorrentes da implementação das medidas em cumprimento das obrigações dessa Convenção (20(2))?	
a) não	
b) sim	X
Se Parte for país desenvolvido	
NÃO SE APLICA	
278. Seu país forneceu recursos financeiros relativos à implementação dessa Convenção por meio de canais bilaterais, regionais ou multilaterais (20(3))?	
Se Parte for país em desenvolvimento ou com economia em transição -	
279. Seu país recebeu recursos financeiros relativos à implementação dessa Convenção por meio de canais bilaterais, regionais ou multilaterais (20(3))?	
a) não	
b) sim	X

Decisão III/6. Recursos financeiros adicionais

280. Seu país trabalha para garantir que todas as instituições de fomento (incluindo agências de assistências bilaterais) se empenhem para que suas atividades sejam de maior amparo na Convenção?	
a) não	
b) sim – extensão limitada	X
c) sim – extensão significativa	
281. Seu país coopera com qualquer esforço para desenvolver informações padronizadas sobre apoio financeiro para os objetivos da Convenção	
a) não	X
b) sim (favor anexar informações)	

Decisão V/11. Recursos financeiros adicionais

282. Seu país estabelece algum processo de monitoramento dos apoios financeiros para a biodiversidade?	
a) não	
b) procedimentos sendo estabelecidos	
c) sim (favor fornecer detalhes)	X
283. Estão disponíveis os detalhes de apoio financeiro do seu país para atividades nacionais de biodiversidade?	
a) não	
b) não em um formato padronizado	X
c) sim (favor fornecer detalhes)	
284. Estão disponíveis os detalhes de apoio financeiro do seu país para atividades de biodiversidade em outros países?	
a) não se aplica	X
b) não	
b) não em um formato padronizado	
c) sim (favor fornecer detalhes)	

Capítulo 1

<i>Se a Parte for país desenvolvido</i>	
NÃO SE APLICA	
285. Seu país promove apoio para a implementação dos objetivos da Convenção na política de apoio das instituições de fomento bilaterais, regionais e multilaterais?	
a) não	
b) sim	
<i>Se a Parte for país em desenvolvimento</i>	
286. Seu país discute meios para a implementação de apoio dos objetivos da Convenção e seu diálogo com instituições de fomento?	
a) não	
b) sim	X
287. Seu país tem compilado informações sobre apoio financeiro adicional provido pelo setor privado?	
a) não	
b) sim (favor fornecer detalhes)	X
288. Seu país tem considerado isenção de impostos no sistema tributário para doações relacionadas à biodiversidade?	
a) não	X
b) inapropriado às condições nacionais	
c) isenções em desenvolvimento	
d) isenções em execução	

Comentários adicionais sobre a implementação desse Artigo

Questão 275.

O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) executou levantamento de 40 fontes potenciais de financiamento para a biodiversidade, existentes no período de 1985 até 1996. Menciona-se o ICMS ecológico como incentivo e como financiamentos, acordos de empréstimo: FNMA, PNMA I e II, Pantanal.

Questão 280.

Para algumas agências de fomento. O Decreto nº. 4.339, de 22 de agosto de 2002, que institui os princípios e as diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade tem componente de fortalecimento e arranjos institucionais necessários para a implementação da Política (ver capítulo 2).

Questões 282 e 283.

Os respectivos projetos e órgãos de fomento têm elaborados relatórios de atividades, para demonstrar a execução financeira.

Questão 284.

Não aplicável. Há apenas apoio aos projetos de desenvolvimento social de Angola e Moçambique e este apoio a projetos em agricultura e saúde na América Latina e África.

Questão 286.

Com a indicação das 900 áreas prioritárias no País para conservação e uso sustentável da biodiversidade, o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), que é o fundo oficial do Governo brasileiro para cumprimento da Política Nacional do Meio Ambiente, estabeleceu em suas diretrizes de financiamento orientação para execução de projetos nestas áreas indicadas.

Questão 287.

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) preparam documentos para a Rio+10 sintetizando os investimentos e as oportunidades de negócios. Mais informações em www.cebds.com e www.cni.org.br. Também, o seguinte livro retrata as atividades do CEBDS: Almeida, Fernando. 2002. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 192p.

Questão 288.

Não há mecanismo de isenção de taxa no sistema nacional de taxaço brasileiro para doações relacionadas à biodiversidade, com exceção do previsto para RPPN. Foi realizada uma consultoria para a Secretaria da Amazônia por Paulo Haddad que mapeou os mecanismos existentes e sugeriu procedimentos para modernização.

Há apenas um mecanismo de isenção de tributo de terra rural quando esta é convertida em Reserva Particular de Patrimônio Natural. A partir de 1994, o Programa RPPN ganhou ímpeto, e até dezembro de 2002 já foram reconhecidas aproximadamente 600 RPPNs no País, 364 RPPNs Federais, 400 mil hectares de área protegida com a participação direta da sociedade. O Programa RPPN é com certeza uma das grandes alternativas para aumentar o número de áreas protegidas no País a custo mínimo e, o melhor, com o reconhecimento e a participação da sociedade. Além da facilidade e da rapidez no processo de reconhecimento de RPPN, cabe salientar que algumas espécies raras e endêmicas ocorrem em pequenos *habitats*, e como a RPPN não tem limite mínimo ou máximo para ser criada, algumas RPPNs, mesmo que pequenas, tem uma importante representatividade das nossas biotas. As atividades permitidas em RPPN, como Educação Ambiental, Ecoturismo e Pesquisa Científica, proporcionam aos proprietários sustentabilidade econômica, como também contribuem para a criação de novas categorias profissionais, criando, ainda, oportunidades de trabalhos para moradores da região, entorno ou próxima à RPPN. As universidades, entidades científicas governamentais e não-governamentais ganham com as RPPNs oportunidades para desenvolver pesquisas e os proprietários obtêm conhecimentos e informações por meio desses estudos. As RPPNs constituem potenciais bancos genéticos da fauna e da flora brasileiras. Algumas Reservas, em seus levantamentos florísticos, encontraram grande potencialidade em germoplasma de plantas ornamentais, medicinais e fibras têxteis. Outras se constituem em verdadeiros berçários para a fauna aquática, como por exemplo, as RPPNs situadas em Bonito-MS e nos manguezais da Baía de Todos os Santos-BA. O Programa Mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) hoje encontra grande apoio para a sua expansão nas RPPNs vizinhas à Reserva Biológica Poço das Antas. Na RPPN Miguel Abdalla, em Caratinga-MG, a população de Muriqui (*Brachytelles aracnoides*) é a mais numerosa conhecida.

Apesar do grande esforço da pequena equipe do Programa RPPN, o número atual de RPPNs no País ainda é muito pequeno dado o número de mais de 5 mil municípios, em que as RPPNs representam apenas 10%. Em 2001, conseguimos reconhecer 67 RPPNs, um bom número. A expectativa para 2002 era de superar essa marca, mas as mudanças ocorridas e impostas no exercício de 2002 trouxeram impactos negativos, desestimulando os técnicos do Programa RPPN, como também contribuindo para que o ano de 2002 fosse coroado como o pior ano para o Programa. Foram reconhecidas apenas 11 RPPNs. Muitos proprietários sabendo das dificuldades acabaram por desistir de criar RPPNs em suas propriedades. Também, o IBAMA esteve muito ausente, não havendo por parte deste a promoção de eventos e tampouco a confecção de materiais informativos e de divulgação. A demora no processo de reconhecimento foi um dos fatores que mais contribuiu para a desestabilização do Programa RPPN. A expectativa para 2003 é que de fato RPPN seja reconhecida, institucionalizada e que venha a ter de fato o tratamento de uma Unidade de Conservação, uma das mais importantes categorias de Unidade de Conservação. Mais informações em www.ibama.gov.br.